

Apresentação

Luiz Mello

Doutor em Sociologia (Universidade de Brasília)

Professor da Universidade Federal de Goiás

luizman@gmail.com

Carlos Figari

Doutor em Sociologia (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro)

Investigador na Universidade de Buenos Aires

figari45@gmail.com

Os últimos anos têm sido marcados por intensos debates e mudanças legislativas no âmbito das práticas e representações sociais relativas à família, ao casamento, ao parentesco, à parentalidade, à reprodução, às relações amorosas e às múltiplas possibilidades de intercruzamento entre essas experiências, que são centrais na própria definição de humanidade e de vida em sociedade. Cada vez mais estão em debate as possibilidades de (re)construir-se a si mesma/o como indivíduo e as relações sociais a partir dos desejos particulares. Algo que parece se chocar com as lógicas institucionais do Estado, da ciência e, sobretudo, das religiões, que, por certo, pretendem regular a construção subjetiva individual, ainda que hoje se encontrem obrigados a renegociá-las e redefini-las diante do surgimento de novas demandas identitárias em torno da construção do eu. Os indivíduos passam cada vez mais a reivindicar a desmonopolização das instituições que pretendem dizer a verdade sobre o sentido da vida e as regras do bom viver, mas não sem grandes conflitos.

Naquilo que Beck (1977) denomina “democratização de Deus”, as pessoas comuns, inclusive as consideradas “anormais” ou “desviadas”, convertem-se nos revolucionários de suas próprias causas e seus discursos passam a coexistir com os da ciência e da religião, em um existencialismo cotidiano que promove um debate cada vez mais amplo acerca das políticas da vida e da morte. Há lugar inclusive para a contradição: “O eu há deixado de ser o eu inequívoco, fragmentando-se em discursos contraditórios do eu” (Giddens, 1991, p. 83). Essas ambivalências biográficas pressionam os discursos institucionais e produzem relatos híbridos, incompletos, fragmentários.

Em um cenário como esse, o dossiê “Outras cartografias matrimoniais” reúne 10 artigos, ensaios e relatos de pesquisas cujas/os autoras/es analisam implicações sociais, políticas e culturais dos debates públicos sobre matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, bem como sobre as correlações entre conjugalidade, parentalidade, sexualidade e reprodução, para além dos limites da experiência heterossexual. Procura também dar visibilidade a investigações, focadas em contextos nacionais específicos e/ou transnacionais, que problematizam as disputas ideológicas em torno das noções de família, casamento, amor e direitos sexuais, nas esferas dos movimentos sociais, dos meios de comunicação de massa, das instituições religiosas, do estado e da produção acadêmica.

O primeiro desses artigos é “Las familias mexicanas de la institución al movimiento: trayectorias, significados e imaginarios en la configuración de la diversidad familiar”, de Karina Berenice Bárcenas Barajas, que analisa o processo de transformação do imaginário social instituído sobre o que deve ser a família no México, tradicionalmente influenciada pela moral católica, a partir da conformação de famílias homoparentais caracterizadas pela diversidade sexual e de gênero. Já em “As famílias que habitam ‘a família’”, Berenice Bento explicita que a família é uma instituição plástica na experiência histórica e sociológica e que os sujeitos são socializados primariamente em um modelo tradicional de família, mas ao longo de suas vidas incorporam valores que o contradizem, gerando uma ruptura ou “descontinuidade socializadora”, que evidencia a família como espaço de violências e resistências. Em “Quem ama sofre, quem sofre luta, quem luta vence: da conjugalidade entre travestis e seus maridos”, Fernando Seffner e Magnor Ido Müller buscam compreender como se organizam vínculos conjugais entre travestis e seus maridos, a partir da observação participante e entrevistas realizadas com integrantes de três casais. Para os autores, constata-se a persistência do modelo conjugal heterossexista, ainda que marcado por uma multiplicidade de particularidades que permanentemente o tensionam.

Outras modalidades de conjugalidade e parentalidade, especificamente lésbica e gay, são analisadas nos trabalhos “Interseções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas, SP”, de Érica Renata de Souza, e “Parentalidades gays y lesbianas: los cambios de relato”, de Micaela Libson. O primeiro busca compreender a complexa relação entre lesbianidade e maternidade, particularmente quando os filhos provêm de relacionamentos anteriores de uma das integrantes do casal lésbico, ao mesmo tempo em que a violência intrafamiliar passa a ser parte do contexto conjugal entre mulheres. Já o segundo artigo procura descrever três “modelos de intimidade” (o da impossibilidade, o da oportunidade e o da escolha), com vistas a compreender as experiências gays e lésbicas na Argentina. Por outro lado, o artigo “Cidadania e direitos sexuais na África do Sul: reflexões sobre o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo”, de Gustavo Gomes da Costa Santos, apresenta o processo político e social que levou à garantia de direitos sexuais relativos à conjugalidade de casais do mesmo sexo na África do Sul. O autor destaca a decisiva intervenção do Poder Judiciário nesse debate, bem como as especificidades culturais das representações da homossexualidade no cenário sul-africano.

As discussões que colocam em evidência outras formas de conjugalidade, para além da família nuclear heterossexual, e o reconhecimento ou as demandas por direitos daí decorrentes têm como contrapartida resistências institucionais, bem como temores e expectativas dos grupos diretamente afetados. Formas de expressão dessas resistências são abordadas nos artigos “Las marcas de lo religioso en la política sexual: debate legislativo y matrimonio entre personas del mismo sexo”, de María Candelaria Sgró Ruata e Juan Marco Vaggione, e “Sexualidad y alteridad: argumentos del conservadurismo religioso cordobés contra el matrimonio ‘igualitario’”, de José Manuel Morán Faúndes. Nesses trabalhos, as/os autoras/es exploram a relação de representantes do discurso religioso cristão com o Poder Legislativo na Argentina, quando da apreciação e aprovação da lei de matrimônio igualitário.

Por outro lado, tem havido importantes debates sobre a conveniência ou não de uma luta por reconhecimento e os limites da política iden-

titária sexual e de gênero, bem como sobre os problemas derivados de uma “normalização cidadã” e da produção de regulações culturais por parte dos governos, dos grupos LGBT e de outros sujeitos políticos envolvidos na definição dos termos dessa expansão e aquisição de direitos. No centro desse debate se situam os artigos “En las faldas de O’Donnell: discutiendo los alcances del ‘matrimonio igualitario’ en Argentina”, de Renata Hiller, e “A luta pelo amor e o amor pela luta: notas sobre a cerimônia coletiva de uniões homoafetivas no Rio de Janeiro”, de Jimena de Garay Hernández, Daniele Andrade da Silva e Anna Paula Uziel. O primeiro texto põe o foco nos processos de democratização na América Latina e na ampliação das margens do espaço público institucional, destacando que, no caso argentino, a demanda de matrimônio igualitário decorre de uma articulação de interesses e da reafirmação do caráter político da igualdade em termos de cidadania. Já o segundo texto apresenta uma discussão sobre o processo de reconhecimento – e suas tensões –, por parte do Estado brasileiro, de direitos familiares para casais de pessoas do mesmo sexo. O pano de fundo de ambos os textos é a dialética entre garantia de direitos e transformação institucional, especialmente quando se constata a sobrevalorização do casamento em detrimento de outros arranjos afetivos, tão comuns nas comunidades LGBT.

É nesse cenário que se constata como as discussões acerca do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo assumiram lugar central na arena política global. O exemplo da polarização de posições nas eleições presidenciais nos EUA e na França, em 2012, sinaliza como esta questão ainda não está pacificada e como continuará a ocupar os fóruns nacionais e internacionais de direitos humanos, por mais de uma geração. Não é demais lembrar, por outro lado, que dezenas de países continuam a tipificar como crime relações homossexuais consentidas entre pessoas adultas, especialmente em contextos onde a laicidade do estado não é assegurada e a moral religiosa de grupos específicos vem sendo imposta ao conjunto da população. Em tais países, a aceitação social e o amparo legal a vínculos conjugais entre pessoas do mesmo sexo parecem ainda muito distantes.

É incontestável, por outro lado, que a família, inclusive para número expressivo de lésbicas e gays, continua a ser espaço privilegiado de partilha de heranças, hereditariedades, afetos e cuidados recíprocos. Sua estrutura, porém, cada vez mais tem sido alterada a partir dos valores do individualismo urbano, das inovações tecnológicas que redefinem as possibilidades reprodutivas e do entendimento, crescente entre as novas gerações, de que adultas/os devem ser livres para escolher parceiras/os afetivo-sexuais, para além dos tradicionais limites homogâmicos e dos valores associados à heterossexualidade fundada no machismo e na misoginia. E mais, a garantia do direito de acesso ao casamento está longe de ser uma panaceia e é cada vez maior o número de pessoas que opta por viver só ou em outros arranjos familiares que não o matrimonial. Nessa mesma direção, são crescentes os sinais de que o casamento começou a deixar de ser monopólio da diáde heterossexual.

Referências

BECK Ulrich. La reinención de la política. Hacia una teoría de la modernización reflexiva. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony y LASH, Scott. *Modernización reflexiva*. Política, tradición y estética en el orden social moderno. Madrid: Alianza, 1997. p. 13-73.

GIDDENS, Anthony *Modernity and self identity*. Self and society in the Late Modern Age. Londres: Polity Press & Basil Blackwell, 1991.